

ASPECTOS DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL

Adriana Almeida Sales de Melo
Universidade de Brasília
adrianasalesdemelo@gmail.com

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.

Antonio Gramsci

A agenda de políticas públicas de educação do Ministério da Educação no Brasil é composta de uma grande variedade de ações, considerando suas obrigações legais de executar as funções da União, em regime de colaboração com os entes federados, cabendo-lhe, como reza o artigo oitavo da Lei nº. 9.394/96: “a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (BRASIL, 1996). Esta mesma Lei, denominada de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo nono também estabelece à União diversas funções, entre o planejamento, execução e avaliação de políticas educacionais nacionais, sempre em articulação com os demais entes federados e a sociedade civil.

Além de tais obrigações legais, duas outras dimensões também fazem parte de sua agenda específica e também de ações interministeriais nacionais e acordos internacionais: a dimensão relativa às funções relativas à gestão do conhecimento que a própria instituição produz, considerando que a transparência e divulgação de suas atividades se torna cada vez mais necessária; assim como a dimensão da condução de projetos futuros de educação nacional, mediando os diálogos entre as instituições que compõem a burocracia estatal federal, os entes federados e a sociedade civil, procurando respeitar sua autonomia e enfrentando as contradições sociais internas e externas na disputa por tais projetos que, além de dirigir aos rumos da educação nacional, também refletem intensas batalhas pelo direcionamento do orçamento público, em disputa permanente pela condução da educação nacional.

Esta pesquisa em andamento visa investigar como o Ministério da Educação do Brasil (MEC) cria, guarda e divulga a sua história institucional, analisando seus principais

marcos, decisões e impactos na educação brasileira. O seu objetivo geral é criar um modelo de registro histórico e crítico da política educacional brasileira, contribuindo para a compreensão das raízes dos desafios atuais e para a formulação de políticas educacionais futuras.

Com o fim de investigar como esta instituição cria, guarda e divulga a sua história institucional, nos propomos a criar um modelo de registro histórico e crítico da política educacional brasileira, a partir das principais atuações deste importante sujeito político coletivo na condução histórica da educação nacional.

Um grande exemplo deste movimento histórico permanente na área da educação, que está a exigir a criação de grandes diálogos nacionais é a criação e condução do Plano Nacional de Educação Digital, instituído pela Lei de nº. 14.533/2023 (BRASIL, 2023), que envolve as áreas da Educação, do Ensino, da Ciência da Informação e da Ciência da Computação, a fim de discutir sobre temas centrais como o financiamento, a formação de professores e o currículo escolar e dos cursos de licenciatura, entre outras. Outro exemplo é o da formação continuada de gestores escolares, com instituições como a UNESCO realizando pesquisas sobre a liderança escolar e a necessidade de que os países pensem melhor a questão da formação dos gestores escolares (WEINSTEIN, 2022).

Com relação ao objeto específico deste projeto de investigação, a recuperação e atualização da história institucional do MEC, apontando para os projetos que dirigem o futuro da educação nacional, a área da gestão do conhecimento em educação pode ser considerada como uma importante ferramenta interdisciplinar que nos permita visualizar melhor a complexidade da instituição.

Desde sua criação, o MEC incorpora valores e missões em contextos históricos complexos, onde a dimensão de suas ações internas, externas, burocráticas, interministeriais e internacionais, nem sempre é valorizada pela própria instituição. A guarda da memória de suas ações nem sempre é preservada e, frequentemente, grandes projetos têm seus registros silenciados e apagados da memória pública. Cito como exemplo o portal da BNCC, construído recursos provindos do orçamento público, que envolveu equipe de duas grandes Universidades, a UnB e a PUC do Rio e que foi sumariamente apagado da memória nacional a partir da mudança de governo causada pelo impeachment de 2016 (MELO, 2021).

A criação de uma proposta inicial de gestão do conhecimento que recupere esta complexidade torna-se fundamental para a reconstrução de uma história institucional da instituição

Caminhando um pouco sobre a historiografia do MEC, podemos consolidar a preocupação institucional com a educação nacional desde a época da Primeira República, quando foi criado o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 1890 que, segundo o site do Arquivo Nacional, tinha a incumbência de cuidar dos serviços relativos à instrução pública, a partir dos estabelecimentos de educação e ensino especial ou profissional, institutos, academias e sociedades que cuidassem das ciências, letras e artes no Brasil (BRASIL, 2025). No período Colonial e do Império havia outrossim iniciativas públicas e privadas relativas à educação da população, inclusive com a instalação de Aulas Régias, no entanto, somente com a Proclamação da República em 1889, posteriormente à abolição da escravidão, é que esta preocupação se materializa em órgãos e funções públicas voltadas para tal objetivo.

Quando o Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado em 1930, já havia no país uma extensa burocracia voltada para as políticas educacionais nos entes federados, no entanto, o referido Ministério é que assumiu como um objetivo principal a coordenação e implementação de políticas públicas no país.

Prestes a completar 95 anos de sua criação em 2025, o MEC teve em seus quadros dirigentes gestores estaduais com experiência na condução dos desafios locais da época. Francisco de Campos e depois Gustavo Capanema realizaram grandes reformas na educação nacional, tanto na educação superior e profissional, quanto na educação básica.

A história do MEC se entrelaça com a própria história da educação no Brasil, como está divulgado pelo site do MEC, a partir de texto inicial do prof. Célio da Cunha, que apresentou a sua história institucional organizada por décadas em <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia>

Atualmente, o MEC utiliza diversos canais para divulgar informações sobre políticas educacionais, programas e ações, tanto pelo seu site oficial (<https://www.gov.br/mec/pt-br>), quanto por suas redes sociais, imprensa, youtube, publicações periódicas, eventos e seminários, todos mediados pela sua Secretaria de Comunicações. Esses canais têm como objetivo permitir que o MEC compartilhe informações, promova debates e fomente a participação da sociedade na formulação de políticas educacionais. No entanto, há que se perguntar como estas informações são

selecionadas para divulgação e porque algumas políticas educacionais têm ênfase maior que outras em sua divulgação, ou mesmo são esquecidas, apesar de terem sido executadas com orçamento público e tendo sido executadas com objetivos que reforçariam a melhoria da qualidade da educação nacional.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Arquivo Nacional, História do Ministério da Educação, 2025. <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/ministerio-da-instrucaopublica-correios-e-telegrafos-brasil-1890-1891>
- BRASIL.CAPES Portaria nº. 336 de 29 de outubro de 2024. Brasília, 2024 <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=16624> BRASIL. Lei nº. 14.533/2023. Brasília, 2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/114533.htm
- BRASIL Lei nº. 9.394/96. Brasília, 1996 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- MELO, Adriana A. S. Aspectos da coexistência entre educação pública e privada no Brasil de hoje. In: PIMENTEL, Nara; BORBA, Zélia (orgs.) Organização da educação brasileira: marcos contemporâneos. Brasília: Editora UnB, 2016.
- MELO, Adriana A. S. Gestão do conhecimento: Base nacional comum curricular, interesses e projetos de sociedade. In: Carina Elisabeth Maciel; Marcilene Pelegrine Gomes; Romilson Martins Siqueira. (Org.). Políticas educacionais democráticas em tempos de resistência. Brasília: ANPAE, 2021, v. 2, p. 116-130.
- MORAES, Maria Teresa Gonzaga. História da Educação Brasileira. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2022.
- MORAES, Maria Teresa Gonzaga. Educação no Brasil: desafios e perspectivas. Revista de Educação em Ciências e Tecnologia, v. 15, n. 2, p. 1-12, 2020.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. História da Educação no Brasil: Da Colônia à República. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
- SAVIANI, Dermeval. A história da educação no Brasil: uma análise crítica. Revista Brasileira de Educação, v. 27, n. 1, p. 1-15, 2022.
- WEINSTEIN, José. Liderança escolar: diretores como fatores-chave para a transformação da educação no Brasil. UNESCO Office, Brasília, 2022